

---

## EDITORIAL

---

Cara leitora, caro leitor,

Este número traz dois dossiês. Um deles reúne estudos e reflexões sobre um tema que se situa no substrato das reformas educativas que tiveram lugar nos países ocidentais a partir dos anos 80/90, qual seja, o impacto das formulações acerca das chamadas sociedades do conhecimento nos padrões cognitivos e culturais da educação e suas consequências nos sistemas de ensino e na formação profissional.

*Formação profissional, profissões e crise das identidades na sociedade do conhecimento*, Tema em Destaque organizado por Vera Fartes, professora da Universidade Federal da Bahia, que vem de realizar um estágio pós-doutoral na Universidade de Londres, é aberto com nada menos do que um artigo de John Beck e Michael Young. Os autores, com apoio no referencial de Bernstein, buscam elucidar como estruturas particulares do conhecimento podem estar relacionadas com a construção de determinados tipos de identidades profissionais nos cursos superiores, tendo em conta o contexto de mudanças sociais caracterizado pela crescente mercantilização.

David Guile, na esteira das mesmas preocupações de Young e Beck, propõe-se a distinguir as explicações correntes sobre o papel atribuído ao conhecimento na economia do conhecimento, sugerindo que se poderia estabelecer conexões entre elas pela via das culturas epistêmicas. Levanta, então, implicações no campo educacional e particularmente nas avaliações de sistema. Celso Ferretti discute os conceitos de formação e de conhecimento que têm como referência as chamadas sociedades do conhecimento; estabelece relações entre ambos, bem como entre eles e a educação escolar e a formação profissional. Vera Fartes estuda o processo de elaboração dos projetos pedagógicos de instituições voltadas primordialmente para a formação profissional em nível médio no nordeste brasileiro, tendo como pano de fundo as mudanças curriculares implementadas pelas reformas dos anos 90.

Encerra a seção uma pesquisa que contribui para o entendimento dos processos de regulação das atividades que, em Portugal, são chamadas explicações e, no Brasil, aulas particulares ou bancas. António Neto-Mendes, Jorge Adelino Costa e Alexandre Ventura, da Universidade de Aveiro, registram diferentes modos pelos quais as explicações vêm sendo objeto de regulamen-

tação em vários países do mundo, aprofundando-se nas condições específicas em que os processos de regulação ocorrem em Portugal.

O segundo dossiê deste número alimenta a seção Temas em Debate, em que análises acerca do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), principal instrumento de governo para a execução da política educacional no Brasil hoje, são feitas sob diferentes ângulos. Organizada por Nora Krawczyk da Unicamp, a seção recolhe opiniões, críticas e interpretações divergentes sobre o Plano, apresentadas em alguns dos trabalhos gerados em seminário promovido pelas três universidades estaduais paulistas, com a intenção de discuti-lo após seu lançamento, em 2007.

O artigo da própria Nora Krawczyk, examina o novo estilo de regulação estatal com base no conceito de território; o de Theresa Adrião e Teise Garcia, analisa as perspectivas de responsabilização presentes no referido plano pautando-se no estabelecimento de convênios entre a União e os municípios por meio do Programa de Ações Articuladas; o estudo de Rubens Barbosa de Camargo, José Marcelino de Resende Pinto e José Luiz Guimarães, discute as formas de financiamento adotadas e os recursos previstos para as ações. Todos os textos estimulam uma reflexão mais fundamentada sobre os alcances e limites do PDE, ao mesmo tempo em que alguns dos autores não se furtam de fazer sugestões de mudanças para um projeto que se declara aberto a reformulações.

A ambas as organizadoras dos dossiês os profundos agradecimentos de Cadernos de Pesquisa.

O espaço dedicado a temas variados, por conseguinte, reduziu-se bastante. O artigo de Débora Piotto traz elementos importantes para a abordagem de uma questão que desafia a atualidade: a compreensão das condições que viabilizam trajetórias escolares prolongadas de alunos das camadas populares possibilitando o seu acesso a cursos superiores altamente seletivos. Vera Trevisan de Souza e Vera Placco chegam à constatação de que coexistem interações que favorecem e outras que não favorecem a construção do auto-respeito na escola. O artigo de José Castorina, professor da Universidade de Buenos Aires, brinda-nos com uma análise esclarecedora sobre o impacto das representações sociais na psicologia dos conhecimentos sociais, demarcando as condições necessárias para que se estabeleça um diálogo entre as duas linhas de investigação.

Esperamos que este número cumpra as expectativas dos que com ele colaboraram.

*As Editoras*